

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013**

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária SPMAR S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária SPMAR S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 6 meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 26 de julho de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2013	31/12/2012		Nota	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	301,620	122,395	Empréstimos e financiamentos	13	1,197	1,079
Contas a receber	7	10,207	11,590	Debêntures	14	-	379,608
Estoques		130	125	Fornecedores e outras contas a pagar	15	35,072	22,693
Despesas antecipadas		5,214	7,711	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		5,435	4,954
Impostos a recuperar		3,732	4,525	Obrigações fiscais	16	3,585	3,708
Adiantamento a fornecedores	9	3,763	12,332	Provisão para manutenção	17	1,314	531
Outras contas a receber		117	195			<u>46,603</u>	<u>412,573</u>
		<u>324,783</u>	<u>158,873</u>				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Depósitos judiciais		40	1	Provisão para manutenção	17	787,334	-
Ativos fiscais diferidos	10	25,810	29,999	Provisão para contingência	18	16,515	14,303
Aplicações financeiras		10,856	4,713	Adiantamento para futuro aumento de capital	8	1,340	1,340
		<u>36,706</u>	<u>34,713</u>			<u>391,118</u>	<u>-</u>
						<u>1,196,307</u>	<u>15,643</u>
Permanente				Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	2,252	2,184	Capital social	19	865,790	865,790
Intangível	12	1,694,760	1,039,217	Prejuízos acumulados		(50,199)	(59,019)
		<u>1,697,012</u>	<u>1,041,401</u>			<u>815,591</u>	<u>806,771</u>
Total do ativo não circulante		<u>1,733,718</u>	<u>1,076,114</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2,058,501</u>	<u>1,234,987</u>
Total do ativo		<u>2,058,501</u>	<u>1,234,987</u>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas	20	730,540	238,886
Custos dos serviços prestados	21	(692,765)	(205,532)
Resultado bruto		37,775	33,354
Despesas gerais e administrativas	21	(5,912)	(6,092)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		31,863	27,262
Resultado financeiro	22	(16,471)	(24,143)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	16	(2,383)	(1,613)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	(4,189)	535
Resultado do período		8,820	2,041

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em Reais)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro líquido do período	8,820	2,041
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>8,820</u>	<u>2,041</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	a integralizar	social		
Saldos em 01 de janeiro de 2012	546,526	(385,525)	161,001	(65,257)	95,744
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 30 de junho de 2012	-	258,999	258,999	-	258,999
Resultado do período	-	-	-	2,041	2,041
Saldos em 30 de junho de 2012	546,526	(126,526)	420,000	(63,216)	356,784
Saldos em 31 de dezembro de 2012	882,595	(16,805)	865,790	(59,019)	806,771
Resultado do período	-	-	-	8,820	8,820
Saldos em 30 de junho de 2013	882,595	(16,805)	865,790	(50,199)	815,591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2013	30/06/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	8,820	2,041
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6,071	5,898
Provisão para manutenção	5,237	4,490
Reversão de provisão de PII	(6,890)	
Provisão para contingência	-	162
Juros sobre debêntures	6,862	21,659
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9,933	620
Ajuste a valor presente	(2,242)	(27)
Impostos diferidos	4,189	(535)
	<u>31,980</u>	<u>34,308</u>
Contas a receber	1,383	3,297
Estoques	(5)	19
Impostos a recuperar	793	(3)
Despesas antecipadas	2,497	(8,103)
Adiantamento a fornecedores	8,569	(1,543)
Outros recebíveis	78	(39)
Depósitos judiciais	(39)	(1)
Fornecedores e outras contas a pagar	19,269	53,173
Obrigações trabalhistas e sociais	481	1,276
Obrigações fiscais	(123)	1,357
	<u>64,883</u>	<u>83,741</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(329)	(853)
Aplicações financeiras	(6,143)	(1,948)
Intangível	(661,353)	(175,548)
	<u>(667,825)</u>	<u>(178,349)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	391,118	358,287
Aquisição de empréstimos e financiamentos	785,703	11,000
Pagamento de juros e principal debêntures	(386,470)	-
Pagamento de juros e principal empréstimos	(8,184)	-
Pagamento de comissões bancárias	-	1,293
Integralização de capital	-	258,999
	<u>782,167</u>	<u>629,579</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>179,225</u>	<u>534,971</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	122,395	3,142
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	301,620	538,113
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>179,225</u>	<u>534,971</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A., possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR ("Companhia") é uma Companhia do Grupo Bertin que tem como objeto social a exploração sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel "Mário Covas". A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel - "Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Trechos da concessão

Rodoanel - Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá - SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste - interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel - Trecho Leste

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital 258.999 e recebeu também Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no montante de 358.286.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Imobilizado;
- Nota 11 - Intangível;
- Nota 9 - Ativos fiscais diferidos;
- Nota 16 - Provisão para manutenção.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 26 de julho de 2013.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, assim os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 3 (e).

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores, adiantamento para futuro aumento de capital e outras contas a pagar.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 18.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente a escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	
Intangível em rodovia	35 anos

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

f. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

h. Receitas

Contratos de Concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

l. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 16,69% a.a.;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Normas e interpretações novas, revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, foram publicados e/ou revisados, têm adoção obrigatória, além de terem sido objeto de normatização pelo CPC, dessa forma, foram aplicados pela Companhia em suas Informações semestrais finda em 30 de junho de 2013. Tais pronunciamentos foram implantados pela Companhia quando tornaram-se obrigatórios e não apresentam efeitos relevantes nas informações semestrais, que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	2	2
Banco conta movimento	1.226	268
Numerário em trânsito (a)	23	22
Fundo de troco (b)	1.327	1.593
Aplicações financeiras (c)	299.042	120.510
	<u>301.620</u>	<u>122.395</u>

(a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de junho de 2013 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;

(b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;

(c) Aplicações financeiras junto ao Banco Santander remunerada por 102,5% da variação do CDI e Caixa Econômica Federal remunerada a 102,8% da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

7. Contas a receber

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Títulos a receber	1.292	1.469
Cupons de pedágio a receber	1.270	399
Pedágio eletrônico a receber	7.645	9.722
	<u>10.207</u>	<u>11.590</u>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2013, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 30 de junho de 2013 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

8. Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Cibe Investimentos e Participações S.A. e a controladora final é a Heber Participações S.A.

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Concessionária SPMAR S.A. remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Salários, ordenados e pró-labore	381	250
Vale-refeição	2	6
	<u>383</u>	<u>256</u>

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Vale-refeição	734	519
Assistência médica	589	245
Vale-transporte	256	213
Outros	180	34
	<u>1.759</u>	<u>1.011</u>

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Intangível - intangível de construção						
Alambari Construções Ltda. (a)	2.600	800	-	-	-	-
HB Rental Aluguel de Veículos Ltda. (a)	500	500	-	-	-	-
Contern Construções e Comércio Ltda. (a)	366.515	123.499	-	-	-	-
Total	369.615	124.799	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital						
Toniolo Busnelo S/A	-	-	7.163	-	-	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	-	-	383.955	-	-	-
Total	-	-	391.118	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores						
Toniolo Busnelo S/A	1.363	1.952	-	-	-	-
Alambari Construções Ltda. (a)	1.000	2.000	-	-	-	-
Contern Construções e Comércio Ltda. (a)	1.000	8.035	-	-	-	-
Total	3.363	11.987	-	-	-	-
Despesas administrativas						
CACL Assessoria Empresarial Ltda. (b)	-	-	-	-	338	2.136
Total	-	-	-	-	338	2.136

(a) O saldo de adiantamentos a fornecedores, é de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços;

(b) Os valores pagos a CACL Assessoria Empresarial Ltda. referem-se a serviços de assessoria administrativa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

9. Adiantamento a fornecedores

	30/06/2013	31/12/2012
Alambari Construções Ltda.	1.000	2.000
Contern Construções e Comércio Ltda.	1.000	8.035
Toniolo Busnelo	1.363	1.952
Outros	400	345
	<u>3.763</u>	<u>12.332</u>

10. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012
Resultado do exercício antes dos impostos	<u>15.392</u>	<u>3.119</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(5.233)	(1.048)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferenças temporárias	1.818	(1.231)
Diferenças permanentes	(390)	(30)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	<u>2.371</u>	<u>696</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto correntes	(2.383)	(1.613)
Imposto diferido	(4.189)	535
Alíquota efetiva de impostos	<u>40,27%</u>	<u>34,59%</u>

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Provisões diversas	455	455	-	-	-	55
Provisão PPI (a)	-	2.342	-	-	(2.342)	-
Provisão para manutenção (b)	6.856	5.076	-	-	1.780	1.526
Amortização - ICPC01 (c)	577	7.295	-	-	(6.718)	2.005
AVP Provisão de manutenção (d)	-	-	(794)	(32)	(762)	(9)
Depreciações - ICPC01 (e)	-	-	(2.154)	(8.378)	6.224	(2.346)
Prejuízo fiscal e base negativa (f)	20.870	23.241	-	-	(2.371)	(696)
Total de impostos diferidos	<u>28.758</u>	<u>38.409</u>	<u>(2.948)</u>	<u>(8.410)</u>	<u>(4.189)</u>	<u>535</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

- (a) A Provisão Programa Intensivo Inicial (PII), programa esse obrigatório pela ARTESP, no início de todas as concessões com o objetivo de adequar as rodovias para o começo da cobrança de tarifa de pedágio;
- (b) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;
- (c) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;
- (d) O Ajuste a Valor Presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;
- (e) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;
- (f) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Empresa reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

11. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2013	31/12/2012
	10% a 20%-			Líquido	Líquido
Imobilizado da Administração		3.045	(793)	2.252	2.184
		<u>3.045</u>	<u>(793)</u>	<u>2.252</u>	<u>2.184</u>

Movimentação do custo

	01/01/2012	Adição	31/12/2012	Adição	31/06/2013
Imobilizado da Administração	1.772	944	2.716	329	3.045
	<u>1.772</u>	<u>944</u>	<u>2.716</u>	<u>329</u>	<u>3.045</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	01/01/2012	Adição	31/12/2012	Adição	31/06/2013
Imobilizado da Administração	(134)	(398)	(532)	(261)	(793)
	<u>(134)</u>	<u>(398)</u>	<u>(532)</u>	<u>(261)</u>	<u>(793)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

12. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2013 líquido	31/12/2012 líquido
Intangível de construção	2,86%	1.328.475	(614)	1.327.861	666.847
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(25.954)	363.354	368.916
Software	2,86%	3.709	(164)	3.545	3.454
		<u>1.721.492</u>	<u>(26.732)</u>	<u>1.694.760</u>	<u>1.039.217</u>

Movimentação do custo

	01/01/2012	Adição	31/12/2012	Adição	30/06/2013
Intangível de construção	80.791	586.476	667.267	661.208	1.328.475
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	1.963	1.601	3.564	145	3.709
	<u>472.062</u>	<u>588.077</u>	<u>1.060.139</u>	<u>661.353</u>	<u>1.721.492</u>

Movimentação da amortização acumulada

	01/01/2012	Adição	31/12/2012	Adição	30/06/2013
Intangível de construção	(102)	(318)	(420)	(194)	(614)
Intangível de outorga	(9.269)	(11.123)	(20.392)	(5.562)	(25.954)
Software	(25)	(85)	(110)	(54)	(164)
	<u>(9.396)</u>	<u>(11.526)</u>	<u>(20.922)</u>	<u>(5.810)</u>	<u>(26.732)</u>

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados à operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

13. Empréstimos e financiamentos

		<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
FINISA	CDI +3,5% a.a.	341.197	
Repasso BNDES	8,55% a 9,55% a.a.	447.334	
Capital de giro	CDI + 0,64% a.m.	-	1.079
		<u>788.531</u>	<u>1.079</u>
Curto prazo		1.197	1.079
Longo prazo		787.334	-

Abertura dos pagamentos dos empréstimos de longo prazo:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	-
2014	1.631	-
2015	14.915	-
2016	30.288	-
2017	33.755	-
2018	63.755	-
2019	642.990	-
Total	<u>787.334</u>	<u>-</u>

14. Debêntures

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Votorantin S.A.	-	189.804
Banco do Brasil S.A.	-	189.804
Custo de transação	-	-
	<u>-</u>	<u>379.608</u>

	<u>01/01/2012</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2013</u>
Banco Votorantin S.A.	169.178	20.626	189.804	3.431	(193.235)	-
Banco do Brasil S.A.	169.178	20.626	189.804	3.431	(193.235)	-
	<u>338.356</u>	<u>41.252</u>	<u>379.608</u>	<u>6.862</u>	<u>(386.470)</u>	<u>-</u>

Movimentação do custo de transação

	<u>01/01/2012</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2013</u>
Custo de transação	1.828	(1.828)	-	-	-
	<u>1.828</u>	<u>(1.828)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fornecedores nacionais diversos	32.039	13.721
Seguros a pagar	2.563	1.333
Ônus variável a pagar	382	746
Outras contas a pagar	88	6.893
	<u>35.072</u>	<u>22.693</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 24.

16. Obrigações fiscais

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
COFINS	429	424
PIS	93	92
ISS	2.655	3.038
IRRF	304	123
CSSL	104	31
	<u>3.585</u>	<u>3.708</u>

17. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índices de mercado IGP-M e TJLP.

Em 30 de junho de 2013, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 14.834 e está demonstrado a seguir:

	<u>01/01/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>30/06/2013</u>
Provisão para manutenção - circulante	391	141	532	856	1.388
AVP - Provisão para manutenção - circulante	(1)	-	(1)	(73)	(74)
	<u>390</u>	<u>141</u>	<u>531</u>	<u>783</u>	<u>1.314</u>
Provisão para manutenção - não circulante	5.784	8.612	14.396	4.381	18.777
AVP - Provisão para manutenção - não circulante	(47)	(46)	(93)	(2.169)	(2.262)
	<u>5.737</u>	<u>8.566</u>	<u>14.303</u>	<u>2.212</u>	<u>16.515</u>
Total	<u>6.127</u>	<u>8.707</u>	<u>14.834</u>	<u>2.995</u>	<u>17.829</u>

18. Provisão para contingência

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível e trabalhista cuja provisão foi constituída no valor de R\$ 1.340, até 30 de junho de 2013, decorrente de perdas prováveis, já para os processos com perdas possíveis temos um montante de R\$ 513, o qual a Administração da Companhia não considera necessária sua constituição.

19. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 865.790 (em 31 de dezembro de 2012, mesmo valor) está representado por 882.595.010 ações, sendo 419.231.994 ações ordinárias e 463.363.016 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2012, mesmas quantidades), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A.

Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

20. Receitas

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pedágio em numerário	20.104	20.527
Pedágio por equipamentos eletrônicos	48.977	43.908
Vale pedágio	4.208	3.609
Pedágio em cupons	1.407	1.328
Receita de construção (a)	661.205	174.371
Receitas acessórias (b)	972	948
Deduções de recita	(6.333)	(5.805)
	<u>730.540</u>	<u>238.886</u>

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC - 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;

(b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

21. Gastos por natureza

	<u>30/06/2013</u>			<u>30/06/2012</u>		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	5.994	2.101	8.095	3.797	2.189	5.986
Conservação e manutenção (b)	-	-	-	1.357	-	1.357
Custo de construção (a)	661.205	-	661.205	174.371	-	174.371
Serviços de terceiros	8.657	2.636	11.293	8.365	2.510	10.875
Provisão para manutenção (e)	5.237	-	5.237	4.489	-	4.489
Materiais/ equipamentos/ veículos	558	358	916	2.162	182	2.344
Poder concedente (c)	2.270	-	2.270	2.110	-	2.110
Depreciação e amortização (d)	5.993	78	6.071	5.735	167	5.902
Provisão de contingência	-	-	-	-	162	162
Outros	2.851	739	10.480	3.146	882	4.028
	<u>692.765</u>	<u>5.912</u>	<u>698.677</u>	<u>205.532</u>	<u>6.092</u>	<u>211.624</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;
- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo;
- (e) Saldo referente à provisão para manutenção, conforme Nota Explicativa nº 16.

22. Resultado financeiro

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	3.704	23
Descontos obtidos	800	165
Juros ativos	23	2
AVP - provisão para manutenção	2.242	27
	<u>6.769</u>	<u>217</u>
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(520)	(99)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(16.795)	(22.278)
Despesa bancárias	(48)	-
Despesas e comissões bancárias	(5.801)	(1.892)
Outras	(76)	(91)
	<u>(23.240)</u>	<u>(24.360)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(16.471)</u>	<u>(24.143)</u>

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Em 30 de junho de 2013, a cobertura de seguros é composta, conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>Tipo de seguro</u>	<u>30/06/2013</u>
Riscos operacionais	Riscos operacionais	5.368.243
Riscos de engenharia	Riscos de engenharia	473.501
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	82.610
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	346.541
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	136.398
		<u>6.407.293</u>

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

24. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 30 de junho de 2013 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

25. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.
- Risco de taxa de juros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	301.620	122.395
Contas a receber de clientes	10.207	11.590
Outros recebíveis	117	195
	<u>311.944</u>	<u>134.180</u>

Contas a receber e outros recebíveis

O valor das contas a receber de clientes é originário da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda a forma de arrecadação que não seja papel moeda.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

Praticamente todos os clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por, aproximadamente, um ano, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 122.395, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na Nota Explicativa nº 13.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da Nota Explicativa nº 12 e 13.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

31 de dezembro de 2012	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos		
Passivos financeiros não derivativos					
Debêntures	379.608	379.608			-
Empréstimos e financiamentos	1.079	1.079			-
	<u>380.687</u>	<u>380.687</u>			-

30 de junho de 2013	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	3-6 anos	Acima 6 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	788.531	1.197	16.546	127.798	642.990
	<u>788.531</u>	<u>1.197</u>	<u>16.546</u>	<u>127.798</u>	<u>642.990</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido à principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	30/06/2013	31/12/2012
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	331.083	152.394
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	-	(379.608)
Empréstimos e financiamentos	(788.531)	(1.079)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
30 de junho de 2013		
Aplicações de taxa variável	903	(722)
Empréstimos de taxa variável	(4.199)	3.359
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>(3.296)</u>	<u>2.637</u>

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
30 de junho de 2013		
Aplicações de taxa variável	1.806	(1.204)
Empréstimos de taxa variável	(8.398)	5.598
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>(6.592)</u>	<u>4.395</u>

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
31 de dezembro de 2012		
Aplicações de taxa variável	2.669	(2.135)
Empréstimos de taxa variável	(11.20)	8.816
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>(8.352)</u>	<u>(6.681)</u>

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
31 de dezembro de 2012		
Aplicações de taxa variável	5.337	(3.558)
Empréstimos de taxa variável	(22.040)	14.693
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>(16.703)</u>	<u>11.135</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para Acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Total do passivo	1.242.910	428.216
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(301.620)</u>	<u>(122.395)</u>
Dívida líquida (A)	941.290	305.821
Total do patrimônio líquido (B)	<u><u>815.591</u></u>	<u><u>806.790</u></u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro (A/B)	<u>1,15</u>	<u>0,38</u>

Valor justo *versus* valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa: são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2013
(Em milhares Reais)

Aplicações financeiras: são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados, na Companhia, somente pelas aplicações financeiras. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 2.

26. Eventos subsequentes

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGPM, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras; (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 30 de junho de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.